

Nome:

Documento de identidade:

Inscrição:

Local de prova:

Sala:

Sequência:

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÍBA-RS
Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do
Município de Guaíba/RS - GUAIBAPREV
CONCURSO PÚBLICO

CARGO 102: PROCURADOR PREVIDENCIÁRIO

Provas Objetivas

INSTRUÇÕES

- Ao receber este caderno de provas, confira inicialmente se os seus dados pessoais, transcritos acima, estão corretos e coincidem com o que está registrado na sua folha de respostas.
- Verifique atentamente se este caderno de provas corresponde ao cargo de sua inscrição e se contém 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha, com 5 (cinco) alternativas de resposta para cada uma, correspondentes às provas objetivas. Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao chefe de sala que tome as medidas cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.

Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva, no espaço apropriado da sua folha de respostas, com sua caligrafia usual, a seguinte frase:

“A sabedoria oferece proteção”

- Você dispõe de **4 (quatro) horas** para a realização das provas. Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à entrega do material, à identificação – que será feita no decorrer das provas –, e ao preenchimento da **folha de respostas**.
- Deixe sobre a carteira apenas o documento de identidade e a caneta esferográfica de tinta preta.
- É proibido fazer anotações de informações relativas às suas respostas no comprovante de inscrição e(ou) em qualquer outro meio que não os permitidos.
- Somente após decorrida **1 (uma) hora** do início das provas, você poderá entregar sua **folha de respostas** e este caderno de provas e retirar-se da sala.
- Você só poderá levar este caderno de provas no decurso dos **últimos 30 (trinta) minutos** do tempo destinado à realização das provas.
- Não se comunique com outros candidatos e nem se levante sem a autorização do chefe de sala.
- Ao terminar as provas, chame o chefe de sala, devolva-lhe sua **folha de respostas** devidamente assinada e deixe o local de provas.
- A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente **caderno** ou na **folha de respostas** poderá implicar a anulação das suas provas.

- Não serão conhecidos os recursos em desacordo com o estabelecido em edital normativo.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.
- Mais informações: contato@institutoibest.com.br | Canal Telegram: @institutoibest

Nas questões que avaliarem conhecimentos de informática e(ou) tecnologia da informação, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto para as questões de 1 a 8.

1 Não há como abordar o tema da seguridade
social, mais especificamente da previdência social,
sem esmiuçar os elementos históricos e jurídicos
4 que concretizaram o que, em um primeiro
momento, era tido como mero auxílio voluntário e,
por vezes, inato ao homem, quando este ajudava o
7 seu semelhante frente aos infortúnios da vida
humana. Partindo desse pressuposto, vislumbra-se
um breve apanhado do fator gerador da seguridade
10 social e da previdência social, que é o que
denominamos de proteção social.

Desde os tempos remotos, o homem tem se
13 adaptado no sentido de reduzir os efeitos das
adversidades da vida, como fome, doença e velhice.
Ou seja, a preocupação com os infortúnios da vida
16 tem sido uma constante da humanidade. Mesmo
quando inexistiam legislações que tratassem
especificamente dessa curatela ou tutela frente às
19 adversidades que incidem na vida humana, já existia
uma preocupação que pode ser considerada
inerente à natureza humana: o cuidado do ser
22 humano pelo ser humano.

Antigamente, as pessoas comumente viviam
em grandes aglomerados familiares, sendo
25 incumbência dos jovens, além do trabalho, o
cuidado aos idosos e incapacitados para o trabalho.
Analiticamente, pode-se afirmar que o homem é um
28 ser que possui uma necessidade de conviver em
sociedade, deixando de lado as especificações
técnicas e filosóficas da expressão, apenas em um
31 sentido literal, visto que não é capaz de prever os
obstáculos que podem depreciar sua capacidade de
se autossustentar, necessitando de auxílio, em um
34 primeiro plano, da família.

O receio do porvir e a noção de proteção
contra riscos sempre se fizeram presentes na história
37 e frequentaram os temores humanos. Esse cuidado
se correlaciona com o próprio instinto de
sobrevivência humano, sendo essa visão de proteção
40 um fruto da natureza humana, que denota um traço
individual e/ou familiar de proteção. As técnicas
coletivas de proteção social são importantes, visto
43 que, por vezes, havia inexistência de acumulação de
recursos em períodos de necessidade. Contudo, o
seguro social surge apenas após a Revolução
46 Industrial, e a seguridade social, que é um conceito
mais amplo, abrange medidas que também
surgiram apenas em momento posterior aos demais
49 modos de proteção social.

Revista Brasileira de História do Direito (com adaptações).

QUESTÃO 1

No trecho “o homem tem se adaptado, no sentido de reduzir os efeitos das adversidades da vida, como fome, doença e velhice” (linhas 12-14), a palavra “adversidades” refere-se

- (A) aos obstáculos naturais enfrentados pelo homem desde os tempos remotos.
- (B) à ausência de leis que regulamentassem a previdência social.
- (C) à dependência do auxílio da família em primeiro plano.
- (D) à incapacidade de conviver em sociedade.
- (E) à falta de assistência estatal.

QUESTÃO 2

Conforme as ideias do texto, o primeiro suporte de proteção social surgiu por meio

- (A) das práticas e tradições familiares e comunitárias.
- (B) da implementação dos primeiros programas sociais.
- (C) das primeiras legislações estatais.
- (D) do período pós-Revolução Industrial.
- (E) das comunidades urbanas.

QUESTÃO 3

Conclui-se do texto que

- (A) a evolução das formas de proteção social foi influenciada pela preocupação exclusiva do Estado em promover políticas públicas de assistência social.
- (B) o conceito de proteção social surge como uma resposta às necessidades humanas de garantir o desenvolvimento econômico.
- (C) a curatela e a tutela foram criadas apenas nos tempos modernos para enfrentar as adversidades da vida.
- (D) a preocupação com os infortúnios da vida é inerente à natureza humana, independente de leis formais.
- (E) a proteção social sempre foi formalizada por leis e regulamentos desde os tempos remotos.

QUESTÃO 4

No trecho “legislações que tratassem especificamente desta curatela ou tutela” (linhas 17-18), o termo “que” é classificado como

- (A) conjunção subordinativa integrante.
- (B) conjunção coordenativa conclusiva.
- (C) conjunção subordinativa causal.
- (D) pronome interrogativo.
- (E) pronome relativo.

QUESTÃO 5

Sem prejuízo do sentido original do texto, da sua coesão e da correção gramatical, o termo "Contudo" (linha 44) poderia ser substituído corretamente por

- (A) **Já que.**
- (B) **Por isso.**
- (C) **Portanto.**
- (D) **Além disso.**
- (E) **No entanto.**

QUESTÃO 6

No trecho "quando este ajudava o seu semelhante" (linha 6-7), a palavra "quando" estabelece uma relação de

- (A) finalidade.
- (B) explicação.
- (C) condição.
- (D) tempo.
- (E) causa.

QUESTÃO 7

Assinale a alternativa que apresenta, correta e respectivamente, as classes gramaticais em que estão empregadas as palavras: "reduzir" (linha 13), "inerente" (linha 21) e "família" (linha 34) no texto.

- (A) substantivo – adjetivo – verbo
- (B) verbo – adjetivo – substantivo
- (C) verbo – advérbio – substantivo
- (D) verbo – pronome – substantivo
- (E) advérbio – adjetivo – substantivo

QUESTÃO 8

No texto, a palavra "comumente" (linha 23) tem o mesmo significado de

- (A) desarmoniosamente.
- (B) habitualmente.
- (C) eventualmente.
- (D) casualmente.
- (E) basicamente.

QUESTÃO 9

Sabendo-se que, no Manual de Redação da Presidência da República, os pronomes de tratamento devem ser empregados levando em conta a hierarquia do interlocutor, assinale a alternativa que apresenta o pronome apropriado para se dirigir ao presidente da República.

- (A) Vossa Alteza
- (B) Vossa Senhoria
- (C) Vossa Eminência
- (D) Vossa Excelência
- (E) Vossa Magnificência

QUESTÃO 10

De acordo com o Manual de Redação da Presidência da República, os pronomes de tratamento apresentam certas peculiaridades quanto às concordâncias verbal, nominal e pronominal. Com base nessa informação, assinale a alternativa que apresenta a concordância correta para o pronome de tratamento "Vossa Senhoria".

- (A) Primeira pessoa do singular
- (B) Segunda pessoa do singular
- (C) Terceira pessoa do singular
- (D) Primeira pessoa do plural
- (E) Terceira pessoa do plural

QUESTÃO 11

Assinale a alternativa que apresenta o componente responsável por executar exclusivamente tarefas de processamento gráfico independente do processador principal em um computador.

- (A) Memória RAM
- (B) Disco Rígido
- (C) Placa-mãe
- (D) Processador
- (E) Placa de Vídeo

QUESTÃO 12

Assinale a alternativa que apresenta o protocolo utilizado para transferência de arquivos entre um servidor e um cliente em uma rede de computadores.

- (A) HTTP
- (B) FTP
- (C) SMTP
- (D) POP3
- (E) IMAP

QUESTÃO 13

A principal função da "Central de Ações" no Windows 10 e 11 é

- (A) gerenciar aplicativos instalados.
- (B) monitorar o uso da CPU.
- (C) fornecer notificações e acessos rápidos a configurações.
- (D) realizar atualizações do sistema operacional.
- (E) configurar a rede Wi-Fi.

QUESTÃO 14

A principal função do *software* antivírus é

- (A) melhorar a velocidade do computador.
- (B) monitorar o tráfego de rede.
- (C) detectar e remover vírus e malware.
- (D) gerenciar o armazenamento em disco.
- (E) atualizar o sistema operacional.

QUESTÃO 15

O "atributo" em um banco de dados diz respeito a

- (A) uma coluna em uma tabela.
- (B) uma relação entre duas tabelas.
- (C) um conjunto de tabelas.
- (D) uma linha em uma tabela.
- (E) uma chave primária.

QUESTÃO 16

Assinale a alternativa que apresenta a negação de "Todos os caranguejos são crustáceos".

- (A) Nenhum caranguejo é crustáceo.
- (B) Nenhum crustáceo é caranguejo.
- (C) Todos os crustáceos são caranguejos.
- (D) Pelo menos um caranguejo não é crustáceo.
- (E) Pelo menos um crustáceo não é caranguejo.

QUESTÃO 17

Vinicius tem uma taxa de acerto de 80% em cada cobrança de pênalti. Se ele for cobrar dois pênaltis em uma partida, a probabilidade de ele converter pelo menos um deles é de

- (A) 64%.
- (B) 72%.
- (C) 80%.
- (D) 88%.
- (E) 96%.

QUESTÃO 18

Em uma feira, há três tipos de frutas: bananas, laranjas e maçãs. Sabe-se que 210 frutas não são bananas, 30% do total são laranjas, e que há 90 maçãs. Com base nessas informações, assinale a alternativa que apresenta o número de frutas que há na feira.

- (A) 300
- (B) 350
- (C) 400
- (D) 450
- (E) 500

QUESTÃO 19

Um terreno retangular tem dimensões inteiras de 84 metros de comprimento e 36 metros de largura. Deseja-se dividi-lo em quadrados de lados inteiros com o maior tamanho possível. Assinale a alternativa que apresenta quantos quadrados desse tipo serão formados.

- (A) 21
- (B) 42
- (C) 63
- (D) 72
- (E) 84

QUESTÃO 20

Admitindo que as proposições "George é guitarrista se, e somente se, João é baixista" e "Se João é baixista, então Paulo é cantor" são falsas, assinale a alternativa correta.

- (A) George é guitarrista; João é baixista; e Paulo é cantor.
- (B) George não é guitarrista; João é baixista; e Paulo não é cantor.
- (C) George é guitarrista; João não é baixista; e Paulo é cantor.
- (D) George não é guitarrista; João não é baixista; e Paulo é cantor.
- (E) George é guitarrista; João é baixista; e Paulo não é cantor.

RASCUNHO

QUESTÃO 23

Acerca dos direitos e deveres individuais e coletivos, previstos no art. 5.º da Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta.

- (A) A casa é asilo inviolável do indivíduo, sendo vedada qualquer entrada sem consentimento do morador, inclusive em caso de flagrante delito ou desastre.
- (B) A liberdade de manifestação do pensamento é garantida pela Constituição, sendo permitido o anonimato em qualquer situação.
- (C) A liberdade de consciência e de crença é inviolável, sendo assegurado o livre exercício de cultos religiosos, desde que autorizados pelo Estado.
- (D) O exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão é livre, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer.
- (E) O direito de reunião é assegurado, desde que autorizado previamente pela autoridade competente e realizado em locais fechados.

QUESTÃO 24

Na Constituição Federal de 1988, acerca dos direitos sociais e dos direitos dos trabalhadores, é correto afirmar que

- (A) o salário mínimo é garantido pela Constituição, e sua vinculação a outros direitos sociais, como previdência social, é permitida para facilitar reajustes.
- (B) a licença-paternidade é assegurada aos trabalhadores, com duração mínima de 120 dias, igualando-se à licença-maternidade.
- (C) a jornada de trabalho normal não pode ultrapassar 8 horas diárias e 40 horas semanais, salvo em casos de acordo coletivo.
- (D) a Constituição garante assistência gratuita aos filhos e dependentes dos trabalhadores até a idade de 7 anos, em creches e pré-escolas.
- (E) a indenização por despedida arbitrária ou sem justa causa é um direito dos trabalhadores, nos termos da lei complementar, que prevê também outros direitos compensatórios.

QUESTÃO 25

A respeito da Constituição Federal de 1988, da nacionalidade, dos direitos políticos e dos partidos políticos, assinale a alternativa correta.

- (A) A perda da nacionalidade brasileira pode ocorrer em razão de pedido expresso do interessado perante autoridade competente, salvo se isso resultar em apátrida.
- (B) São considerados brasileiros natos todos os nascidos no Brasil, inclusive filhos de pais estrangeiros, independentemente de estarem ou não a serviço de seu país.
- (C) O alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para todos os cidadãos brasileiros, independentemente da idade ou condição social.
- (D) Os estrangeiros residentes no Brasil por mais de 10 anos podem requerer a nacionalidade brasileira, mesmo que tenham condenações penais.
- (E) A participação nos recursos do fundo partidário e o acesso gratuito ao tempo de rádio e televisão são direitos assegurados a todos os partidos políticos, independentemente do número de votos obtidos nas eleições.

QUESTÃO 26

De acordo com a Lei Orgânica do Município de Guaíba/RS e as normas gerais do sistema previdenciário, assinale a alternativa correta.

- (A) A aposentadoria dos servidores públicos municipais será regulada exclusivamente pelas normas municipais, sem necessidade de observância das disposições da Constituição Federal.
- (B) O tempo de serviço público federal, estadual ou de outros municípios não pode ser considerado para efeito de aposentadoria no município de Guaíba.
- (C) O servidor municipal cujo cargo for declarado extinto ou desnecessário será automaticamente aposentado, sem a possibilidade de reaproveitamento em outro cargo.
- (D) O servidor público municipal poderá ser aposentado compulsoriamente aos 70 anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.
- (E) O município instituirá regime jurídico único e planos de carreira para os servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas.

QUESTÃO 27

Considerando o disposto na Lei Municipal n.º 2.586/2010, Estatuto dos Servidores Públicos do município de Guaíba, é correto afirmar que

- (A) o vencimento do servidor corresponde à remuneração total que inclui todas as vantagens pecuniárias, sejam elas temporárias ou permanentes.
- (B) a prescrição para o direito de pleitear administrativamente em caso de demissão ou cassação de aposentadoria é de 5 anos, contados da publicação oficial da decisão.
- (C) a fração igual ou superior a 15 dias de exercício no mesmo mês não será considerada como mês integral para cálculo da 13.ª remuneração.
- (D) o adicional de insalubridade será fixado em 30% sobre o salário-mínimo, independentemente do grau de insalubridade a que o servidor esteja exposto.
- (E) a Licença Prêmio é o afastamento concedido ao servidor por ocasião de seu casamento civil ou religioso por até 8 dias.

QUESTÃO 28

Ao ser beneficiado com uma bolsa de estudos, um servidor público efetivo ativo se compromete a permanecer no exercício de sua atividade no município por, no mínimo, 3 anos após a conclusão do curso. Com base na Lei n.º 2.866/2012, caso o servidor seja exonerado antes desse período, é correto afirmar que, em relação ao valor da bolsa, o servidor

- (A) não precisará ressarcir o valor da bolsa, pois a exoneração encerra o vínculo com o município.
- (B) será obrigado a ressarcir 50% do valor do curso, corrigido monetariamente.
- (C) terá de ressarcir o valor correspondente apenas às disciplinas cursadas até a data da exoneração.
- (D) deverá ressarcir integralmente o valor devido, equivalente a 100% do curso.
- (E) poderá optar entre ressarcir o valor ou concluir o curso por conta própria.

QUESTÃO 29

Acerca do Regime Próprio de Previdência Social do município de Guaíba (GuaibaPrev), conforme disposto na Lei n.º 2.048/2006, é correto afirmar que

- (A) o GuaibaPrev visa garantir a subsistência em casos de idade avançada, mas não em casos de morte e invalidez permanente.
- (B) os servidores titulares de cargos em comissão são filiados obrigatoriamente ao GuaibaPrev.
- (C) a companheira não é considerada beneficiária do GuaibaPrev, na condição de dependente, do segurado.
- (D) o servidor que deixar de contribuir por mais de dois meses consecutivos terá sua filiação automaticamente cancelada.
- (E) o GuaibaPrev é responsável por assegurar a cobertura dos riscos a que estão sujeitos seus beneficiários, incluindo a proteção à família.

QUESTÃO 30

De acordo com a Lei n.º 14.133/2021, que estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas, é correto afirmar que

- (A) a lei mencionada se aplica à compra de bens, inclusive por encomenda, e à concessão de direito real de uso de bens públicos.
- (B) as empresas públicas e sociedades de economia mista são regidas pela Lei n.º 14.133/2021 sem exceções.
- (C) o princípio da eficiência não é mencionado explicitamente entre os princípios a serem observados nas licitações e contratações públicas.
- (D) a lei mencionada não se aplica às administrações públicas autárquicas, fundacionais e às entidades controladas pela administração pública indireta.
- (E) a licitação na modalidade pregão não pode ser conduzida por um agente público designado como pregoeiro.

QUESTÃO 37

A Lei n.º 13.655/2018 instituiu mudanças significativas na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), notadamente direcionadas à efetivação do princípio da segurança jurídica. Acerca das alterações introduzidas na LINDB, assinale a alternativa correta.

- (A) As normas introduzidas pela nova LINDB são direcionadas às decisões judiciais, considerando-se que a esfera decisória administrativa se encontra expressamente resguardada pelo princípio da discricionariedade.
- (B) A nova LINDB determina que se passe a considerar os obstáculos e as dificuldades reais do gestor, buscando-se evitar o chamado apagão das canetas.
- (C) O estabelecimento de interpretação ou orientação nova sobre norma de conteúdo indeterminado, quando o órgão administrativo ou judicial já tenha fixado orientação sobre o tema, passa a ser vedado.
- (D) O agente público, a partir da nova legislação, deverá responder pessoalmente por suas falhas quando constatada a presença de culpa ou dolo.
- (E) A nova LINDB determina que a eliminação de incertezas jurídicas na aplicação do direito público é de competência privativa do Poder Judiciário.

QUESTÃO 38

O Código Civil estabelece que, violado um direito, nasce para o titular a pretensão, ou seja, a possibilidade de exigí-lo judicialmente. No que diz respeito ao exercício dessa pretensão, é correto afirmar que

- (A) a ação judicial que veicula a pretensão deve ser ajuizada no prazo de 5 anos, sob pena de decadência.
- (B) a prescrição deve ser alegada em primeira instância, no prazo de 15 dias do ajuizamento da ação.
- (C) a pretensão se extingue pela preclusão, seja ela tácita ou consumativa.
- (D) a pretensão não pode mais ser extinta uma vez que ajuizada a ação.
- (E) a extinção da pretensão ocorre em 10 anos, na ausência de prazo diverso fixado em lei.

QUESTÃO 39

No âmbito empresarial, aquelas pessoas físicas que praticarem atos de abuso podem ser responsabilizadas de diversas formas. Com base nos possíveis cenários de responsabilização, assinale a alternativa correta.

- (A) A Sociedade Anônima que tenha sido prejudicada por seu administrador pode, mediante deliberação em assembleia-geral, ajuizar ação de responsabilidade civil pelos prejuízos causados ao seu patrimônio.
- (B) Pela Lei das Sociedades Anônimas, qualquer acionista pode ser responsabilizado pelos atos praticados com abuso de poder, independentemente de estarem ou não no controle ou cargo de direção da empresa.
- (C) O Código Civil protege o patrimônio dos controladores e diretores de empresas, não sendo a eles imputáveis acusações de confusão patrimonial.
- (D) Uma vez definida a finalidade da atividade econômica desenvolvida por uma dada empresa, esta não pode ser alterada, sob pena de responsabilização pessoal de seus sócios e diretores por desvio de finalidade e extinção compulsória da pessoa jurídica.
- (E) A descon sideração da personalidade jurídica da empresa deve ser realizada quando constatada a existência de grupo econômico.

QUESTÃO 40

Acerca das prerrogativas processuais da Fazenda Pública, assinale a alternativa correta.

- (A) O representante da Fazenda Pública gozará de prazo em dobro para suas manifestações processuais, incluindo o tempo destinado a proferir sustentação oral.
- (B) As despesas das perícias realizadas a requerimento da Fazenda Pública devem ter os valores adiantados pela parte adversa.
- (C) Suponha que tenha sido ajuizada execução de título extrajudicial em face da Fazenda Pública. Nesse caso, o prazo para apresentação de embargos será de 30 dias úteis e o embargante poderá alegar qualquer matéria que poderia apresentar como defesa em um processo de conhecimento.
- (D) Considerando a hipótese em que a Fazenda Pública tenha sido condenada ao pagamento de obrigação no valor equivalente a 300 salários-mínimos. Nesse caso, o valor dos honorários pode ser fixado em, no máximo, 8% sobre o valor da condenação.
- (E) A Fazenda Pública não se submete aos ônus da sucumbência.

QUESTÃO 41

Uma pessoa domiciliada em Porto Alegre/RS ajuizou, perante uma das Varas do município vinculadas ao Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, uma ação de indenização por danos morais decorrentes de erro médico contra o Estado da Bahia. Na defesa, o réu arguiu a incompetência do juízo, mas o argumento foi rejeitado com fundamento no art. 52, parágrafo único do Código de Processo Civil (CPC), que estabelece que, se o Estado ou Distrito Federal for o demandado, a ação poderá ser proposta no foro de domicílio do autor, no de ocorrência do ato ou fato que originou a demanda, no de situação da coisa ou na capital do respectivo ente federativo. Após o trânsito em julgado da decisão, ao julgar uma ação direta de inconstitucionalidade, o Supremo Tribunal Federal (STF) considerou inconstitucional o referido dispositivo do CPC. Em razão disso, o Estado da Bahia ajuizou uma ação rescisória em face da sentença condenatória.

De acordo com a situação hipotética apresentada, assinale a alternativa correta.

- (A) Caso a rescisória seja julgada procedente para rescindir a sentença, em decisão por maioria de votos (não unânime), não se aplica a técnica de julgamento que determina a extensão do quórum dos julgamentos mediante a convocação de outros julgadores.
- (B) O prazo para ajuizamento da ação rescisória seria de 4 (quatro) anos, contados do trânsito em julgado da decisão proferida pelo STF.
- (C) Na situação acima, o autor deverá depositar o valor equivalente a 5% do valor da causa, o qual será revertido ao réu caso a ação seja, por unanimidade de votos, declarada inadmissível ou improcedente.
- (D) Se a ação rescisória fosse fundada na descoberta de prova nova, o termo inicial do prazo para ajuizamento seria a data de sua descoberta, contado da intimação da última decisão proferida no processo.
- (E) Caso a decisão proferida pelo STF fosse anterior ao trânsito em julgado da sentença condenatória, não caberia ação rescisória.

QUESTÃO 42

No que se refere aos recursos, assinale a alternativa correta.

- (A) Considere que o advogado da parte tenha falecido durante o transcurso do prazo para apresentação de recurso de apelação. Nesse caso, o prazo recursal será restituído em proveito da parte.
- (B) Se o agravo interno for considerado manifestamente inadmissível, o órgão colegiado poderá condenar o agravante a pagar multa de até 10% do valor da causa, em favor do agravado.
- (C) É admissível recurso adesivo nos embargos de divergência.
- (D) A desistência do recurso depende da concordância da parte contrária.
- (E) Suponha que foi interposta apelação em face de sentença que decretou a interdição de uma pessoa natural. Nesse caso, a apelação terá efeito suspensivo.

QUESTÃO 43

No que diz respeito às estabilidades provisórias previstas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e na legislação trabalhista brasileira, bem como ao entendimento do Tribunal Superior do Trabalho (TST), assinale a alternativa correta.

- (A) A empregada gestante contratada em empresa que aderiu ao programa empresa cidadã, conforme a Lei n.º 11.770/2008, tem o direito à estabilidade desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto, mesmo na hipótese de admissão mediante contrato de trabalho por prazo determinado.
- (B) O empregado eleito como suplente para a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) tem garantia de emprego desde o registro da candidatura até um ano após o término do mandato. Tratando-se, portanto, de vantagem pessoal que subsiste até mesmo no caso de extinção do estabelecimento.
- (C) O dirigente sindical eleito possui estabilidade no emprego desde o registro da candidatura até um ano após o término do mandato, sendo que somente poderá ser dispensado por falta grave mediante apuração em inquérito judicial.
- (D) O membro da comissão de representantes dos empregados, desde a eleição até o fim do mandato, não poderá sofrer despedida arbitrária, entendendo-se como tal a que não se fundar em motivo disciplinar, técnico, econômico ou financeiro.
- (E) A dispensa dos representantes dos empregados membros da Comissão de Conciliação Prévia, suplentes, é permitida, mesmo no curso do mandato.

QUESTÃO 44

Conforme a Lei n.º 14.457/2022 e a proteção do trabalho da mulher, assinale a alternativa correta.

- (A) Na destinação de vagas para as atividades que possam ser efetuadas por meio de teletrabalho, trabalho remoto ou trabalho a distância, nos termos da CLT, os empregadores deverão conferir prioridade às empregadas e aos empregados que tenham filho, enteado ou criança sob guarda judicial com até 12 (doze) anos de idade.
- (B) Na hipótese de rescisão do contrato de trabalho de empregado ou empregada em regime de compensação de jornada por meio de banco de horas, as horas acumuladas ainda não compensadas serão descontadas das verbas rescisórias devidas ao empregado ou à empregada, na hipótese de banco de horas em favor do empregador, quando a demissão for a pedido e o empregado ou empregada não tiver interesse ou não puder compensar a jornada devida durante o prazo do aviso prévio.
- (C) No âmbito dos poderes diretivo e gerencial dos empregadores, sem a necessidade de considerada a vontade de empregados e empregadas, haverá priorização na concessão, do regime de tempo parcial, nos termos do art. 58-A da CLT, como medida de flexibilização da jornada de trabalho aos empregados e às empregadas que tenham filho, enteado ou pessoa sob sua guarda com até 12 (doze) anos de idade ou com deficiência, com vistas a promover a conciliação entre o trabalho e a parentalidade.
- (D) Para a promoção de um ambiente laboral sadio, seguro e que favoreça a inserção e a manutenção de mulheres no mercado de trabalho, as empresas com mais de 200 empregados e que tenham Comissão de Representantes dos Empregados na Empresa, conforme Art. 510-A da CLT, deverão adotar medidas de prevenção, além de outras que entenderem necessárias ao combate ao assédio sexual e às demais formas de violência no âmbito do trabalho.
- (E) A pessoa jurídica detentora do Selo Emprega + Mulher somente poderá utilizá-lo para os fins de divulgação de sua marca com autorização do ente público, sendo permitida a extensão do uso pelas empresas que compõem o mesmo grupo econômico ou em associação com outras empresas que não detenham o selo.

QUESTÃO 45

Acerca da Seguridade Social no ordenamento jurídico brasileiro, é correto afirmar que

- (A) a organização da Assistência Social obedecerá às seguintes diretrizes: a centralização político-administrativa; e a participação da população na formulação e no controle das ações em todos os níveis.
- (B) o orçamento da Seguridade Social, no âmbito federal, é composto das seguintes receitas: receitas da União, dos estados e dos municípios; receitas das contribuições sociais; e receitas de outras fontes
- (C) o princípio da distributividade, entre os princípios da seguridade social, pressupõe que os benefícios são concedidos a quem deles efetivamente necessita, razão pela qual a Seguridade Social deve apontar os requisitos para a concessão de benefícios e serviços.
- (D) a universalidade de participação nos planos previdenciários, mediante contribuição e preservação do valor real dos benefícios, é um dos princípios da organização da Previdência Social.
- (E) o modelo de financiamento da Seguridade Social previsto na Carta Magna se baseia no sistema distributivo, em que pese o Poder Público não participar do orçamento da Seguridade.

QUESTÃO 46

O objetivo da Norma Regulamentadora n.º 6 (NR-6) é estabelecer os requisitos para aprovação, comercialização, fornecimento e utilização de Equipamentos de Proteção Individual (EPI). Conforme a NR-6, assinale a alternativa correta.

- (A) Quanto às responsabilidades da organização, conforme a NR-6, cabe à organização fornecer ao empregado, gratuitamente, EPI adequado ao risco, em perfeito estado de conservação.
- (B) Conforme a NR-6, cabe ao trabalhador registrar o fornecimento do EPI.
- (C) Segundo a NR-6, é de responsabilidade do trabalhador a higienização e manutenção periódica, quando aplicáveis esses procedimentos, em conformidade com as informações fornecidas pelo fabricante ou importador.
- (D) De acordo com a NR-6, cabe ao trabalhador selecionar o EPI considerando a atividade exercida.
- (E) Com base na NR-6, a organização ao selecionar o EPI deve desconsiderar a eficácia necessária para o controle da exposição de risco.

QUESTÃO 47

O direito tributário brasileiro é orientado pelo princípio da progressividade, em razão do qual se deve onerar mais as maiores bases tributárias. A progressividade, portanto, não se restringe à existência de exações tributárias variáveis em razão da proporcionalidade, mas alcança a instituição de alíquotas diferentes para uma mesma hipótese de incidência tributária, que aumentam na medida em que cresce a base de cálculo.

Acerca da progressividade tributária, assinale a alternativa correta.

- (A) O imposto de renda tem alíquota única, de modo que sua progressividade é garantida em razão de o valor do tributo a ser pago advir da aplicação de uma alíquota percentual.
- (B) Sobre a doação, pode-se cobrar tributo com alíquotas variadas, que poderão ser maiores quanto maior o valor do bem doado.
- (C) O Imposto Sobre Serviços (ISS) será progressivo em função da capacidade econômica de seu consumidor, garantindo-se a variação de alíquotas quando um mesmo serviço é prestado para diferentes indivíduos.
- (D) O imposto incidente sobre a doação, por ter caráter simbólico, não se sujeita à progressividade.
- (E) O Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana (IPTU) poderá ser progressivo em razão da renda de seu proprietário.

QUESTÃO 48

A Constituição Federal de 1988 previu, em seu artigo 24, inciso I, a competência concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal para legislar sobre direito tributário. Trata-se de uma regra de competência legislativa. A CF também fixou, no entanto, regras de competência material, consistente no poder político atribuído a um ente para instituir um tributo. Com base nas competências materiais tributárias relacionadas à instituição de impostos, é correto afirmar que compete

- (A) aos Estados e ao Distrito Federal instituir imposto sobre a propriedade territorial rural.
- (B) aos Municípios instituir imposto sobre a propriedade de veículos automotores.
- (C) à União instituir imposto sobre a transmissão *causa mortis*.
- (D) aos Municípios instituir imposto sobre as melhorias decorrentes de obras públicas.
- (E) à União instituir contribuições sociais.

QUESTÃO 49

São diversas as possibilidades de não-incidência de um tributo, que podem derivar da ausência de previsão legal acerca da tributação de um fato jurídico, até uma determinação constitucional que limite o poder estatal de tributar em situações específicas. A respeito das hipóteses de não-incidência tributária, assinale a alternativa correta.

- (A) São imunes o patrimônio, a renda e os serviços dos partidos políticos.
- (B) É isenta a renda das entidades religiosas e templos de qualquer culto.
- (C) É imune do IR a renda de até um salário-mínimo.
- (D) São isentas, salvo do pagamento de imposto sobre a renda, as grandes fortunas.
- (E) Não há previsão de incidência tributária sobre serviços de impressão.

QUESTÃO 50

O art. 150 da CF veda aos entes políticos a instituição de tributo sem lei que o estabeleça. O art. 97 do Código Tributário Nacional, na mesma linha, determina que somente a lei pode estabelecer o fato gerador da obrigação tributária. De acordo com as regras gerais da obrigação tributária, assinale a alternativa correta.

- (A) A obrigação tributária precisa ser criada por lei, mas sua majoração pode se dar por ato infralegal.
- (B) A capacidade tributária depende da capacidade e maioria civil.
- (C) Havendo solidariedade, o pagamento deve ser dividido entre os coobrigados em frações iguais, não podendo um responsável se valer de pagamentos realizados por outro.
- (D) O sujeito passivo da obrigação tributária é o contribuinte ou responsável definido em lei.
- (E) O sujeito passivo da obrigação tributária poderá ser modificado por acordo entre contribuintes, desde que submetido ao conhecimento do Fisco.



Instituto

ibest

**ACOMPANHE O IBEST
NAS REDES SOCIAIS**



institutoibest



institutoibest



institutoibest